

Aprimorando a Governança Corporativa nas Empresas Estatais



Instrutor: Jetro Coutinho Missias

Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário (i), Direito Administrativo (ii), Gestão (iii) e Planejamento Empresarial (iv) e Administração Pública (v). Professor de Economia e de Contabilidade Pública para concursos públicos. É especialista em gestão de riscos e controles internos e Auditor do TCU, órgão no qual seus trabalhos têm sido premiados no prêmio Reconhe-Ser, que identifica os destaques no órgão. Atualmente, é responsável por uma equipe que fiscaliza R\$ 25 bilhões de reais anualmente. É membro dos Grupos de Trabalhos de Gestão de Riscos em Processos de Fiscalização do Tribunal (i), de Medição de Desempenho do Tribunal de Contas da União (ii) e de melhoria de procedimentos internos do TCU (iii). Representou o Brasil nas missões oficiais do TCU para a Turquia (Força Tarefa em Auditoria de Ética), Bulgária e Croácia (Study Visit em parceria com o Banco Mundial para conhecer o Sistema de Controle Interno desses países) e França (54ª Sessão do Comitê de Governança Pública da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Co-autor do livro Sistema de Controle Interno no Brasil e na Europa (ed. Fórum).

Apresentação:

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, exerce um papel fundamental ao estabelecer o estatuto jurídico aplicável às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, abrangendo a esfera da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O seu caráter inovador reside na articulação de princípios tanto do direito privado quanto do direito público, conferindo uma identidade específica ao regime jurídico dessas entidades.

Ao criar normativas abrangentes, a Lei das Estatais visa fortalecer a transparência e governança dessas organizações. Dentre as disposições destacam-se regras para a constituição e funcionamento dos conselhos, divulgação de informações, estabelecimento de códigos de conduta, adoção de práticas de gestão de risco, definição de formas de fiscalização por parte do Estado e da sociedade, bem como a imposição de requisitos mínimos para a nomeação de dirigentes. Essas medidas visam assegurar não apenas a conformidade legal, mas também o desenvolvimento de uma gestão eficaz e responsável.

Contudo, a efetiva aplicação da Lei vai além da mera observância de seus dispositivos. Torna-se essencial compreender a razão de ser de cada artigo, compreendendo como suas disposições contribuem para o alcance de resultados sustentáveis por parte das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. Nesse sentido, é imperativo que os gestores e demais envolvidos não apenas sigam as diretrizes da legislação, mas também internalizem os propósitos que embasam tais normativas.

A proposta deste Curso vai além de debater o conteúdo da Lei, pois aborda as razões pelas quais os institutos legais foram inseridos na legislação.

Programa:

- 1. Fundamentos da Governança Corporativa em Empresas Estatais**
 - a. Princípios e conceitos essenciais
 - b. Breve histórico da aplicação da Governança Corporativa nessas empresas
 - c. Análise da Lei 13.303/2016 como marco regulatório
- 2. Estruturas Organizacionais em Empresas Estatais**
 - a. Distinções entre administração direta e indireta
 - b. Modelos de governança aplicáveis a empresas estatais
 - c. Desafios específicos na implementação da Governança Corporativa
- 3. Composição e Papel dos Órgãos de Governança**
 - a. Conselho de Administração em Empresas Estatais
 - b. Conselho Fiscal: atribuições e importância
 - c. Comitê de Auditoria na realidade das empresas estatais
 - d. Relação entre esses órgãos e a alta administração
- 4. Controles Internos e Auditoria em Empresas Estatais**
 - a. Auditoria interna: sua função e relevância
 - b. Controle interno como ferramenta de eficiência
 - c. Auditoria externa e sua relação com a Governança Corporativa
- 5. Gestão de Riscos e Compliance**
 - a. Processo de gestão de riscos aplicado a empresas estatais
 - b. Integração entre controles internos, gestão de riscos e estratégia organizacional
 - c. Papel do compliance na conformidade com a Lei 13.303/2016
- 6. Transparência e Divulgação de Informações**
 - a. Boas práticas em transparência e prestação de contas
 - b. Divulgação de informações relevantes
 - c. Conflito de interesses e seu tratamento adequado
- 7. Ética e Código de Conduta**
 - a. Importância da ética na Governança Corporativa
 - b. Desenvolvimento e implementação de um código de conduta
 - c. Canal de denúncias e sua efetividade
- 8. Responsabilidade Social e Ambiental**
 - a. Incorporação de práticas sustentáveis na Governança Corporativa
 - b. Impacto social e ambiental das decisões corporativas
 - c. Ações afirmativas e responsabilidade social empresarial
- 9. Desafios Atuais e Tendências em Governança Corporativa para Empresas Estatais**
 - a. Adaptação às mudanças regulatórias
 - b. Tendências globais em Governança Corporativa
 - c. Inovações e tecnologias aplicáveis
- 10. Legislação Societária e Mercado de Capitais**
 - a. Lei 6404 e alterações sob o ponto de vista da Governança
 - b. Regras do Mercado de Capitais na B3
- 11. Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei anticorrupção)**
- 12. Estudo de Caso: Aplicação da Lei 13.303/2016 em Empresas Estatais**
 - a. Análise prática dos desafios e soluções na implementação da Governança Corporativa
 - b. Estudo de casos emblemáticos
 - c. Discussão e compartilhamento de experiências

Público-alvo: Alta Administração, Gestores táticos e estratégicos, Gestores de Riscos Corporativos e Auditores Internos de Empresas Estatais.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 32 horas